

A DISTRIBUIÇÃO DO CÓPO DE LEITE: ANÁLISE DA FOTOGRAFIA DE UMA FORMA DE ASSISTÊNCIA INSTITUÍDA EM PELOTAS DURANTE O GOVERNO DE AUGUSTO SIMÕES LOPES (1924-1928)

Distribution of the glass of milk: analysis of the photography of a form of assistance instituted in Pelotas during the government of Augusto Simões Lopes (1924-1928)

*Maria Augusta Martiarena de Oliveira¹
Elomar Antonio Callegaro Tambara²
Giana Lange do Amara³*

RESUMO

Durante o governo de Augusto Simões Lopes foi produzido um conjunto de imagens sobre educação, o qual foi utilizado como forma de propaganda governista. A fotografia da distribuição do “Cópo de Leite”, em especial, demonstra a dualidade da utilização das imagens, através da vinculação da mesma ao texto, mais especificamente, à legenda. Tal fotografia e tal forma de assistência abrem espaço para a análise da relação do texto e da imagem.

Palavras-chave: Educação, fotografia, Primeira República.

ABSTRACT

During Augusto Simões Lopes's government, a group of visual images about education was produced, which was used as form of government marketing. Especially the picture of the Cup of Milk distribution, demonstrate the duality of the use of the images, through the relationship with the photograph and the text, more specifically, to the legend. Such picture and such form of attendance open space for the analysis of the text and the image relationship.

Keywords: Education, photograph, First Republic.

Introdução

O presente artigo refere-se à fotografia da distribuição do “Cópo de Leite”, produzida durante o governo de Augusto Simões Lopes, que entre 1924 e 1928, foi intendente da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Era usual entre os intendentes, a produção de Relatórios anuais. Nos relatórios do referido governo, pode-se encontrar várias imagens abordando diferentes âmbitos da

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Professora da rede municipal de Pelotas, Rio Grande do Sul. Contato: martiarena.augusta@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Contato: tambara@ufpel.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Contato: giana@ufpel.edu.br

atuação governamental, especialmente fotografias cujo tema encontrava-se relacionado com educação. Notadamente esse grupo de imagens, unido ao texto e às legendas, foram utilizados como forma de propaganda governista durante essa gestão.

Uma das fotografias pertencentes ao referido grupo, representa uma forma de assistência, instituído durante o governo de Augusto Simões Lopes, juntamente com a seção pelotense da Associação Brasileira de Educação (ABE), denominado de “a distribuição do cópo de leite”. Essa imagem possui um conteúdo ideológico muito forte, visto que possui a intencionalidade de um ato de benevolência do então intendente.

Dessa forma, o presente artigo analisa as bordas e os limites entre a imagem e o texto como forma de propaganda governamental, além de abordar as relações entre a intendência municipal e a seção pelotense da ABE.

Antes de entrar diretamente no tema em discussão, faz-se necessário apresentar algumas considerações sobre a situação em que o Brasil e o Rio Grande do Sul encontravam-se, no que tange à Educação, durante o período estudado.

O Brasil durante a Primeira República

A década de 1920 foi um momento de muitas discussões sobre educação, tanto no âmbito nacional como no internacional. No Brasil, o período em que esta pesquisa se insere foi marcado por movimentos de contestação: greves operárias, tenentismo, Coluna Prestes, fundação do Partido Comunista do Brasil e a contestação cultural na Semana de Arte Moderna de 1922.

Segundo Nagle (2001) é diante desse quadro de transformações nos setores econômico, político, social e cultural, que se deve analisar a escolarização nas suas variadas facetas. Essa é tida como um dos elementos do subsistema cultural, que deve ser, portanto, analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social.

Para esse autor, a evolução das idéias pedagógicas na Primeira República pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais do país, que são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. De acordo com Nagle (2001):

De um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a formação do verdadeiro homem brasileiro (escolanovismo), (NAGLE, 2001, p.134).

Conforme Nagle (2001), o que distinguiu a última década da Primeira República das que a antecederam, foi a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico começaram por ser, na década anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e

movimentos político-sociais e que consistiu em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos.

Ao contrário de Nagle, Carvalho (1998) afirma que as propostas modernizadoras da década de 1920 não tiveram o sentido de apontar a educação como forma de mobilidade e ascensão social para as classes populares. Articuladas no âmbito de um projeto de construção da “nacionalidade”, tais propostas privilegiaram não a satisfação de uma demanda da população e sim a efetivação de um particular projeto da sociedade.

O Rio Grande do Sul na Primeira República

Mas, além dos acontecimentos que ocorriam em âmbito nacional, houve uma forte influência do ideário sobre educação presente no Partido Republicano Rio-Grandense, no qual o positivismo definiu-se como suporte ideológico. Segundo Tambara (1995), foi na área de educação que essa ideologia obteve maior penetração no Brasil. No Rio Grande do Sul o positivismo possuiu certas peculiaridades, decorrentes da justaposição das idéias de Auguste Comte e Júlio de Castilhos, o que se chamou de castilhismo. Embora a intervenção do Estado fosse vista como algo negativo pelos positivistas, em determinados momentos ganhava uma nova feição, sendo considerada como uma “fatalidade necessária”, conforme afirmação de Tambara (1995). Esse seria o caso do Brasil, que não tendo atingido o “estado positivo”, necessitava da atuação do Estado para executar determinadas tarefas que fluiriam naturalmente no estado positivo. O governo gaúcho tomou, então, para si a responsabilidade pelo ensino elementar, mesmo que a iniciativa privada e da municipalidade fossem bem aceitas.

Esse autor aponta que o estado sentiu necessidade de ampliar a rede de ensino público, com a finalidade de atender notadamente às zonas rurais, mais carentes de escolas. Quanto mais se desenvolvia a penetração do ensino público, mais acirrados eram os conflitos entre os setores privado e oficial. Conforme Tambara:

Apesar desta resistência, no final da República Velha, a participação do Estado no ensino primário tendeu a aumentar, em detrimento do ensino particular, o qual precisou contentar-se em elitizar sua prática, atuando nos centros urbanos e atendendo a uma clientela com maior poder aquisitivo, (Tambara, 1995, p.294-295).

Conforme Corsetti (2000), a sociedade rio-grandense, na Primeira República, foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. De acordo com essa autora, a implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

Segundo ela, o Partido Republicano Rio-Grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte. Nesse contexto, a ciência, a educação e a moral se transformaram em poderosos instrumentos de controle social e de veiculação

ideológica, de tal forma que fosse garantida a reorientação da sociedade, neutralizando os conflitos e mantendo a estabilidade social.

O Governo Simões Lopes e a utilização de fotografias como forma de propaganda

De acordo com Corsetti (1998), a expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo e a modificação curricular e programática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul. Segundo a autora: “*hábeis no discurso, os governantes gaúchos foram excelentes propagandistas de seus próprios feitos*”, (Corsetti, 1998, p.74).

No Relatório Intendencial de 1925, Augusto Simões Lopes, começou a seção dedicada à instrução pública apontando a ignorância e a insalubridade como problemas muito graves. Ele afirmou que:

Vivendo n’uma terra de maravilhas e inexgotáveis possibilidades, um contraste doloroso impressiona ao observador e impõe estudo ao homem de governo: é a deficiente capacidade de ação do brasileiro, esmagado por duas forças até agora quasi invencíveis – a insalubridade e a ignorância, (Relatório Intendencial, 1925, p.26).

O intendente, nessa afirmação, apontava o seu interesse pelo desenvolvimento dos assuntos educacionais. Durante a Primeira República, a higiene foi considerada um fator relacionado à educação. A escola era considerada uma maneira de imputar, além da disciplina, hábitos de higiene nos alunos.

Esse intendente estabeleceu a criação de departamentos (directorias) específicos para obras e saneamento, higiene e instrução, além de organizar o “Regulamento da Instrução”, no qual foi realizada uma sistematização de medidas já existentes.

Ao vislumbrar as imagens produzidas durante o governo de Augusto Simões Lopes, percebe-se um diferencial que as permeia: esse intendente foi um inovador no sentido em que utilizou fotografias como forma de propaganda do desenvolvimento da educação em seu governo. Fotografias já haviam sido utilizadas em governos anteriores, porém com o intuito de mostrar modificações, melhoramentos, com relação à urbanização da cidade, como por exemplo, construções de avenidas, etc. Essas imagens eram uma narrativa de mudanças ocorridas na cidade. Augusto Simões Lopes, pelo contrário, utilizou a fotografia de escolas e práticas escolares, as quais estavam relacionadas com um tema muito discutido na imprensa da década de 1920: a educação, o que acabou por elevá-lo, de acordo com o jornal *Diário Popular*, a “benemérito da educação em Pelotas”.

Em seus Relatórios Intendenciais, eram apresentadas diversas fotografias dos melhoramentos municipais, sendo que dessas o grupo das imagens referentes à educação destacou-se. As imagens oficiais, produzidas para servir de ilustração/comprovação nos Relatórios, eram difundidas na imprensa republicana da cidade, ou seja, no *Almanach de Pelotas*, no jornal *Diário Popular* e, com menos frequência, na *Revista Ilustração Pelotense*.

O que torna, portanto, o grupo de fotografias do governo Simões Lopes singular é a sua característica de ter sido criado especialmente para servir como forma de propaganda do governo. Diferenciando-se dos anteriores que, como Cypriano Barcellos, mostraram mais imagens relacionadas à urbanização, Augusto Simões Lopes selecionou a “instrução” como o ponto fundamental de sua gestão, principalmente o ensino primário, e “eternizou” e difundiu a sua obra educacional através da imprensa.

A fotografia do “Cópo de Leite”

Não foi uma característica do governo Simões Lopes, produzir fotografias de práticas escolares e de assistência ao aluno. Embora exista um conjunto muito grande de imagens de práticas escolares da Primeira República, tais como inaugurações de escolas, inaugurações de retratos, festas cívicas, aulas de educação física, esse tipo de documentação ficou restrito, principalmente, às próprias escolas, como é o caso do arquivo do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção. Infelizmente, várias delas não possuem mais acervos fotográficos da década de 1920, especialmente o Grupo Escolar D. Antonia, que deixou de ser uma escola.

Como já foi mencionado anteriormente, retratar as práticas escolares não foi o foco da propaganda política de Augusto Simões Lopes. As fotografias de escolas constituem um grupo muito maior e estão presentes em quase todos os Relatórios Intendenciais. Em oposição às 19 fotografias de escolas, existem apenas quatro fotografias de práticas escolares e assistência ao aluno: a do grupo de Escoteiros Municipais, a do gabinete dentário, a da distribuição do “Cópo de Leite” e a de uma aula de trabalhos manuais, todas extraídas do Relatório Intendencial de 1928 (último do governo Simões Lopes).



Figura 1. A distribuição do “Cópo de Leite” no Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção

Na fotografia da distribuição do “Cópo de Leite” (figura 1) vê-se retratado um grupo de crianças, estudantes de uma escola municipal em Pelotas, os quais se encontram todos uniformizados, cada um com seu copo de leite na mão, enquanto, em primeiro plano, uma menina, também uniformizada, recebe um copo de leite de uma funcionária negra. Nessa cena percebe-se, também, a presença da professora, que, ao lado dos alunos, segura um livro em suas mãos. Os alunos também seguem uma ordem, encontram-se em semi-círculo, em torno da funcionária que entrega o copo de leite, formando várias fileiras, as quais sobem a escada, chegando até a porta.

Essa fotografia foi, evidentemente, posada, o que fica claro especialmente quando se depara com a menina que recebe o copo de leite, olhando diretamente para o espectador (ou melhor, para o fotógrafo), parada, estendendo a mão para recebê-lo. Além da menina, vários outros alunos e a própria professora dirigem o seu olhar para a câmera.

Essa forma de assistência ao aluno foi instaurada nas escolas municipais em Pelotas no “Regulamento da Instrução” (descrito em vários dos Relatórios Intendenciais), como uma medida complementar “da educação higienica”, juntamente com o Pelotão da Saúde. De acordo com o jornal *Diário Popular*: “às crianças desnutridas será servido no presente anno, a taça de leite, como meio de corrigir e complementar a educação physica das mesmas, como ainda, para habitua-las ao consumo desse alimento de temperança”, (*Diário Popular*, 3 de janeiro de 1928). Os recursos para os fundos dessa assistência se originavam, conforme a mesma matéria, de pequeno adicional sobre os impostos chamados de defesa social e que dizem respeito ao uso do fumo e do álcool.

A fotografia do “Cópo de Leite” foi feita no pátio do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, provavelmente, devido ao fato de aquele espaço não permitir ao observador a definição de qual escola estava sendo retratada. Pode-se reconhecer, porém, os uniformes. Ao traçar uma comparação com as outras fotografias pertencentes ao conjunto de imagens produzido por Augusto Simões Lopes, percebem-se algumas diferenças. Em outras imagens de escolas em que foram retratados estudantes, os alunos vestiam as suas próprias roupas, como na representação da Escola Dirceu Moreira (Figura 2). É claro, que se deve ter em conta que se tratava de escolas subvencionadas e, como já foi dito, existia uma hierarquia entre as escolas e as subvencionadas ocupavam um dos patamares mais baixos. Os alunos do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, ao contrário, ostentavam o seu uniforme, que mereceu ser citado no jornal *Diário Popular*: “Os alumnos apresentaram todos o novo uniforme, os meninos, a escoteiro, e as meninas envergando vistosos e elegantes trajés, que dava ao conjuncto da formatura um alegre aspecto, numa impressão de bom gosto e disciplina”, (*Diário Popular*, 22 de setembro de 1927). O uniforme escolar pretendia esconder qualquer diferença social, percebida apenas pelos sapatos.

No Relatório Intendencial de 1928, a legenda para essa fotografia é: “Distribuição do “Cópo de Leite”, em uma escola municipal”. Já, no Almanach de Pelotas, “Distribuição do “Cópo de Leite”, no Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção”. As diferentes legendas demonstram as distintas formas como a presente fotografia se comporta no Relatório e no Almanach. O primeiro, documento oficial, perpetua na história política as marcas do governo benemérito. O segundo, mídia de sua época, teria

o seu alcance, ainda que fossem muitos leitores, restrito ao seu tempo e a um determinado público, que em relação a um Relatório oficial, mostrava-se curto e limitado.

Augusto Simões Lopes soube utilizar muito bem a imagem do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção. Quando se tornava interessante ostentar a sua grandiosidade arquitetônica, esse ponto era bastante explorado. Porém, quanto às instituições de assistência ao aluno, fazia-se, então, necessário, disfarçar a localização, para apresentar como algo que ocorria nas escolas municipais em geral, não estando situado apenas em uma escola. Apesar de não existir referências de que a instituição do “Cópo de Leite” atendessem somente o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, acredita-se que essa possa ser uma hipótese bastante provável, ao menos quando da instalação desse tipo de assistência ao aluno. Logo, a fotografia da distribuição do “Cópo de Leite” estava intimamente vinculada à imagem de “benemérito da educação” pretendida por Augusto Simões Lopes.



Figura 2 – Escola Dirceu Moreira (uma escola subvencionada)

O Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção

Durante o governo de Augusto Simões Lopes foram criadas várias escolas rurais e dois grupos escolares urbanos (Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia). Tanto o D. Antonia, como o Dr. Joaquim Assumpção, foram construídos para serem os grupos escolares modelos da cidade de Pelotas. A propaganda quando do surgimento da idéia da construção foi muito grande em relação a ambos. Porém, com o tempo, o último acabou por ganhar muito mais visibilidade e solidificou-se como a principal escola municipal construída no governo Simões Lopes, sobre a qual recaíam todas as propagandas. Como exemplo disso, pode-se citar a matéria do jornal Diário Popular de 10 de agosto de 1927:

Ainda ha pouco, de passagem por Pelotas, e visitando aquelle Grupo, em companhia do nosso illustre amigo dr. Augusto Simões Lopes, operoso intendente e benemerito reorganizador da instrucção, o sr. dr. Faria Netto, alto funcionario do ensino publico em São Paulo, em excursão de estudo pelo nosso Rio Grande, teceu francos elogios áquelle edificio e ás suas excellentes condições de hygiene, que disse não existirem meliores no seu Estado, mostrando-se até admirado que o Município, dentro de suas forças orçamentárias levasse a cabo obra de tal magnitude, (Diário Popular, 10 de agosto de 1927).

Cabe observar, ainda, antes mesmo de analisar a própria imagem, o local que ela ocupa dentro do impresso em que está inserida. No Relatório de 1927, a fotografia do Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção foi a primeira imagem referente à educação ali apresentada, seguida da fotografia do Grupo Escolar D. Antonia e, por fim, da Escola Mauá. O que pode ser uma simples coincidência, pode ser, também, a definição de uma ordem de importância, do lugar que cada instituição ocupa na política da instrução pública de Augusto Simões Lopes, que parte do estabelecimento que se encontra em primeiro lugar (o maior e mais importante), passando para aquele que se encontra na segunda posição (apesar de ser um grupo escolar, o D. Antonia não possui a mesma grandiosidade, especialmente no que tange as suas dimensões) para chegar naquele que ocupa o último lugar em importância, uma escola rural.

As escolas estavam divididas em categorias, organizadas pelo “Regulamento da Instrução”. A aprendizagem elementar foi dividida, então, em três graus: o básico, o médio e o integral. O primeiro seria fornecido nas aulas isoladas, na cidade e na campanha, no qual a criança entraria em contato com os primeiros conhecimentos. Desse período inicial passava o aluno ao segundo estágio, onde um campo, restrito ainda, mas amplificado. Nesse momento, as matérias não aumentavam em número, mas em profundidade, o que tinha como intuito aguçá-lhe a curiosidade natural. Desse tipo, eram as Escolas Dr. Piratinino de Almeida e Barões de Santa Tecla, inauguradas no governo de Augusto Simões Lopes. O último período de ensino primário elementar era as escolas integrais, nas quais, além de rememorar os seus estudos, os alunos preparavam-se para o ensino secundário. Esse estágio deveria ser oferecido nos dois grupos escolares urbanos, construídos nessa época: Dr. Joaquim Assumpção e D. Antonia.

As fotografias de escolas, especialmente as dos grupos escolares, demonstram uma necessidade política descrita por Alves (1998). Essa autora afirma que: “*criar espaço com obras visíveis (“inaguráveis”, com o capitalismo), faz parte do modus operandi, e constitui um habitus dos ocupantes do núcleo do campo político na sua prática*”, (Alves, 1998, p.98). Segundo ela, existe uma atração do executivo pelo espaço visível, que se mostra mesmo para aqueles iniciantes no campo político, visto que a continuidade nesse é sempre uma possibilidade.

Ainda inserido na questão da visibilidade dos feitos, percebe-se que, o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, assim como o “Gymnasio Pelotense”, representou a competitividade entre o governo municipal e o estadual, expressa através de inúmeras matérias sobre o desenvolvimento da cidade de Pelotas e sobre como essa deveria ser seguida como modelo para as iniciativas do governo estadual e para outras cidades do estado.

O Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção, estando vinculado ao governo municipal, ocupou o lugar de competidor dos Colégios Elementares Félix da Cunha e Cassiano do Nascimento, ambos estaduais. A idéia de que o grupo escolar modelo municipal seria mais moderno, mais preparado, construído para atender a todas as necessidades apontadas pela pedagogia moderna, está presente na imprensa a todo o momento, colocando o ensino municipal como mais bem preparado do que o estadual. O Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção teve, então, a responsabilidade de concorrer com dois colégios elementares já constituídos há mais tempo em Pelotas e com mais de uma década de existência. A escola preconizava o moderno, ao mesmo tempo em que, os seus próprios signos de modernidade representavam a manutenção da tradição. Tradição, essa, de Pelotas ser uma cidade de vanguarda.

As bordas e os limites entre a imagem e o texto escrito

Ao perceberem-se as diferentes utilizações que Augusto Simões Lopes atribuiu à mesma imagem, difundida com legendas diferentes no Almanach de Pelotas e no Relatório Intendencial de 1928. Deve-se ter em conta que a legenda possibilita a definição do conteúdo a ser observado na imagem, ela limita e informa. Além disso, como já foi dito anteriormente, o Almanach de Pelotas e o Relatório Intendencial são documentos diferentes. O Relatório é um documento oficial e o Almanach de Pelotas, uma mídia de seu tempo. Editado por Florentino Paradedda, o Almanaque mesclava textos e imagens de uma forma bastante interessante. Vários temas referentes à cidade de Pelotas e à Educação foram abordados, dedicando-se matérias inteiras para instituições escolares. Além disso, existia uma seção inteira sobre as realizações dos intendentes, na qual eram tratadas, também, das questões educacionais. Sobre o próprio Almanach, apontou-se:

Annualmente, e devotado à propaganda de Pelotas e exaltação dos dedicados obreiros do seu progresso, aparece o “Almanach de Pelotas”, fundado pelo mallogrado e saudoso conterrâneo dr. Antonio Gomes da Silva, Ignácio Alves Ferreira e capitão Florentino Paradedda, este há muitos annos já seu único director e proprietário, (Almanach de Pelotas, 1928).

Deve-se deixar claro que o diretor do Almanach de Pelotas estava ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense, embora esse não fosse um órgão oficial do partido, como o foi o jornal Diário Popular.

Retomando-se a preocupação de Augusto Simões Lopes em construir um conjunto de obras que dessem visibilidade ao seu governo (obras que inclui notadamente aquelas relativas à educação, mas não somente essas), pode ser explicada pelo seu interesse em seguir a carreira política, o que realmente aconteceu. Augusto Simões Lopes tornou-se Senador da República na década de 1930. E, no tocante a visibilidade, o intendente não se limitou a construir muitas escolas e dois grupos escolares, ele difundiu a sua imagem na imprensa, para que a sua obra fosse amplamente conhecida.

No passado a fotografia alcançou um equivocado status de credibilidade enquanto registro visual “neutro” dos fatos. Porém, faz-se mister perceber que ela contém elementos

de representação do real, mas não é ele em si. Deve-se estar cientes de que ela é uma construção elaborada cultural, estética e tecnicamente.

Para Leite (1998), uma análise sistemática de fotografias implica uma ordenação e um tempo de observação para uma legibilidade visual adequada. As imagens fotográficas são consideradas, habitualmente, como provas incontroversas (reproduções “verdadeiras” da realidade), contudo, surge em sua leitura, a apreensão das deformações impostas pelo fotógrafo, pelos recursos técnicos e pelos valores sociais e culturais.

A fotografia é permeada por uma teia de construções ideológicas. Sendo assim, entre a imagem e a realidade que representa, existe uma série de mediações que fazem com que, ao contrário do que pensa habitualmente, a imagem não seja restituição, mas reconstrução, sofrendo sempre uma alteração voluntária ou involuntária da realidade. Segundo Le Goff (1992):

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio, (LE GOFF, 1992, p. 547).

Augusto Simões Lopes utilizou-se do texto escrito, apresentado em seus relatórios e publicados na imprensa republicana, e das imagens visuais, para fortalecerem a sua propaganda governamental. A fotografia na imprensa e nos relatórios dava um caráter de veracidade ao discurso construído. Deve-se ter em conta que, ela encontrou o seu lugar na imprensa, substituindo a ilustração e dando, o que poderia ser chamado de, mais veracidade aos fatos.

Ao tratar das bordas e dos limites da imagem visual e do texto escrito, deve-se ressaltar, como já foi tratado na questão específica da fotografia do Copo de Leite, o papel fundamental que a legenda exerce como definidora do que deve ser percebido pelo observador na fotografia. Para melhor ilustrar essa questão, além do que foi abordado sobre a fotografia do Copo de Leite, pode-se utilizar outros exemplos: a fotografia de “uma aula de trabalhos manuais”, que recebeu o mesmo tipo de tratamento que a imagem do Copo de Leite, tendo recebido diferentes legendas, uma no Almanach de Pelotas e outra nos Relatórios Intendenciais e a fotografia da Escola Garibaldi, que embora o prédio não esteja situado em primeiro plano, acaba por ser um dos primeiros detalhes a ser percebido na imagem. A legenda age no sentido de delimitar o conteúdo da imagem, atribuindo um significado a mesma.

Relações entre o governo municipal e a atuação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação

Em outubro de 1926, criou-se em Pelotas uma Seção da Associação Brasileira de Educação. O estudo da ABE não é o centro desta pesquisa, porém, devido ao fato de alguns dos componentes do governo Simões Lopes terem participado dessa Seção, como, por exemplo, Joaquim Luis Osório (diretor do “Gymnasio Pelotense”) e João Brum de

Azeredo (Diretor da Instrução Municipal), optou-se por traçar um paralelo entre a sua atuação e a atuação do governo municipal. Além disso, a Seção Pelotense da ABE auxiliou no Recenseamento de 1927 e em campanhas a favor de várias medidas tomadas pelo governo municipal. Acredita-se que essa instituição auxiliou na afirmação do caráter de “benfeitor” de Augusto Simões Lopes, defendendo propostas da municipalidade.

Como já foi dito anteriormente, a década de 1920 foi marcada por muitas discussões referentes à educação e, uma das conseqüências disso foi a criação da Associação Brasileira de Educação. De acordo com Carvalho (1998), em outubro de 1924, um grupo de treze intelectuais cariocas fundou essa instituição, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A iniciativa foi resultado de entendimentos iniciados em março do mesmo ano, em reunião promovida por Heitor Lyra da Silva, que morreu em outubro de 1926, mesmo mês de fundação da Seção Pelotense.

Para Carvalho (1998), na ABE, um grupo de intelectuais se auto-representou como “elite” que se auto-incumbiu de organizar o país. Construiu, portanto, representações de seu outro (o povo), que programou moldar segundo seus desígnios particulares. Para essa autora, no projeto proposto pela ABE, a questão do direito do cidadão à escola fica submissa ao dever desse de educar-se. Nesse projeto, a generalização da educação primária fica condicionada à qualidade do ensino ministrado (sua subordinação ao que era entendido como formação cívica). De acordo com Carvalho (1998), a ampliação das oportunidades de acesso à escola secundária e superior fica atada ao interesse de manter o que era proposto como “hierarquia das capacidades” e a uma postulada necessidade de direção social do “povo” por uma “elite” com vista à formação da nação.

Segundo essa autora, na medida em que o projeto social dos reformadores sediados na ABE era o de um nacionalismo militante que identificava na educação seu instrumento principal, essa foi, sobretudo invocada como recurso de moldagem do “povo”. Carvalho (1998) aponta que:

[...] a ABE teria sido um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, se não o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução de problemas educacionais, ventilados por todas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados, (Carvalho, 1998, p.31).

Foi nesse momento que um grupo de intelectuais pelotenses decidiu instalar uma seção na cidade. De acordo com o jornal Diário Popular: “No dia 24 do corrente, no edifício do Gymnasio, às 10 horas da manhã, o dr. Joaquim Luis Osório, lançará as bases da nova associação local, que visa da diffusão e aperfeiçoamente da educação, problema fundamental da sociedade moderna”, (Diário Popular, 21 de outubro de 1926).

Cogita ella dos seguintes objectivos, em linhas geraes organizar estatísticas da instrução; publicar um boletim sobre questões de ensino; manter um museu escolar; crear, uma bibliotheca pedagógica (com sala para conferencias e cursos); incentivar e premiar a elaboração e publicação de bons livros

didacticos, promover congressos regionaes de educação; facilitar aos sócios a aquisição de livros e material escolar; cooperar em todas as obras de educação physical, moral e cívica; facilitar o desenvolvimento do cinema educativo, de bibliothecas infantis, etc.; organizar obras de mutualidade entre professores e entre alumnos; estudar e auxiliar a solução dos problemas da infância abandonada; estimular a educação popular, (Diário Popular, 30 de outubro de 1926).

A maior parte dos integrantes da Seção Pelotense da ABE era constituída por membros da elite financeira da cidade. Além disso, vários desses participantes da Seção Pelotense eram membros do Partido Republicano Rio-Grandense ou diretores de instituições de ensino de Pelotas.

Parece possível dizer que a Seção Pelotense da ABE, ao menos em seus primeiros anos, pois se deve ter em conta que esta pesquisa insere-se no período de 1924 a 1928, não trouxe muitas inovações, limitando-se a defender idéias já apresentadas, de alguma forma, pelo governo municipal. Um exemplo disso é a questão das caixas escolares, que se tentou implantar nas escolas municipais⁴ a partir de maio de 1926 (cinco meses antes da sua fundação). Na verdade, essa instituição acabou por dar continuidade a um projeto já existente na cidade, que por sua vez foi transplantado de outras partes do país. Essa uniformidade de pensamento entre ABE e governo municipal, pode ser explicada, como já foi dito, pela presença de vários componentes em comum entre ambos. Além disso, a maioria dos sócios fazia parte do Partido Republicano Rio-Grandense, trazendo mais homogeneidade para essa Seção Pelotense do que para a própria Associação Brasileira de Educação⁵.

Considerações Finais

Pode-se dizer, então, que a fotografia da distribuição do “Cópo de Leite” constituiu-se em um dos exemplos de como Augusto Simões Lopes utilizou a imagem como propaganda de seu governo. Definindo-se bordas e limites entre a imagem visual e o texto escrito, percebe-se, nesse caso específico, duas utilizações: a relação entre a própria fotografia e a legenda (definindo o que pretende mostrar) e as diferentes legendas apresentadas no Relatório Intendencial e no Almanach de Pelotas, cada um com uma intencionalidade diferente. A imagem está intrinsecamente ligada à sua legenda e essa faz com que o olhar do espectador volte-se para determinados pontos presentes na fotografia. Sendo assim, o fato de serem apresentadas legendas diferentes não é, de forma alguma, inocente e acaba demonstrando, também, limites e diferenciações entre os diferentes documentos.

Além disso, como já foi dito, o Grupo Escolar Dr. Joaquim Assumpção (local onde foi tirada a referida fotografia) serviu duplamente para atender os interesses do governo Simões Lopes, quando parecia interessante mostrar o seu desenvolvimento

⁴ Pois se deve ressaltar que elas já existiam nas escolas estaduais, em outras cidades e em Pelotas.

⁵ A Associação Brasileira de Educação, em âmbito nacional, possuía em seus quadros grandes diferenças ideológicas, o que não ocorreu em Pelotas.

(principalmente em oposição ao governo estadual) e quando se pretendia apresentar que determinada proposta era geral nas escolas de ensino primário municipal e não centralizada apenas nessa instituição.

Quanto às bordas e os limites entre o governo municipal e a Seção Pelotense da ABE, pode-se dizer que esses estavam pouco delimitados, visto que os integrantes de ambos pertenciam ao mesmo partido (Partido Republicano Rio-Grandense), o que ocasionou uma homogeneidade ideológica. Conforme o que foi pesquisado, a Seção Pelotense da ABE não trouxe discussões diferentes daquelas que já estavam ocorrendo em âmbito nacional e regional. A distribuição do “Cópo de Leite”, bem como outras formas de assistência ao aluno, já estavam sendo colocadas em prática antes mesmo da criação dessa seção.

Referências

Almanach de Pelotas, 1928.

Almanach de Pelotas, 1929.

ALVES, Nilda. **O Espaço Escolar e suas Marcas:** o espaço como dimensão material do currículo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. **A Ilustre Pelotense:** Tradição e Modernidade em Conflito. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

CORSETTI, Berenice. **O poder em migalhas** – a escola no Rio Grande do Sul na Primeira República. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

CORSETTI, Berenice. **A Escola Pública no Rio Grande do Sul e o Projeto Político Republicano (1889/1930).** In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil: História e Historiografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 a 9 de novembro de 2000.

_____. **A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República.** In: Revista História da Educação, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n.8, p.175-192, set.2000.

Diário Popular, 21 de outubro de 1926.

Diário Popular, 30 de outubro de 1926.

Diário Popular, 10 de agosto de 1927.

Diário Popular, 22 de setembro de 1927.

Diário Popular, 3 de janeiro de 1928.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte**. São Paulo: USP, 1996.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 1992. p.15 a 35.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITE, Mirian Moreira. Texto Visual e Texto Verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (orgs.). **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, Clarice. **A Escola redescobre a Cidade** (Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910-1935). Niterói, ESSE/UFF, 1993.

Relatório Intendencial de 1928.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização: Um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo**. São Paulo: USP, 1996.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

Recebido em novembro de 2008

Aprovado em março de 2009